



RELATÓRIO E CONTAS **2021**

Mafra, 18 de março de 2022

Handwritten signature

Região

AB-BA



RELATÓRIO

1505

24/000

Handwritten signature or initials in blue ink, located in the bottom right corner.

GIATUL – ATIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro 2640-486 Mafra

Capital Social 900.000 euros

Contribuinte 506 874 915

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE – Pedro António do Carmo Silva

SECRETÁRIO – Manuel Luís Oliveira Castelo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

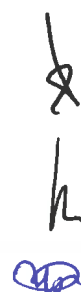
PRESIDENTE – Hélder António Guerra de Sousa Silva

VOGAL – Hugo Manuel Moreira Luís

VOGAL – Aldevina Maria Machado Rodrigues

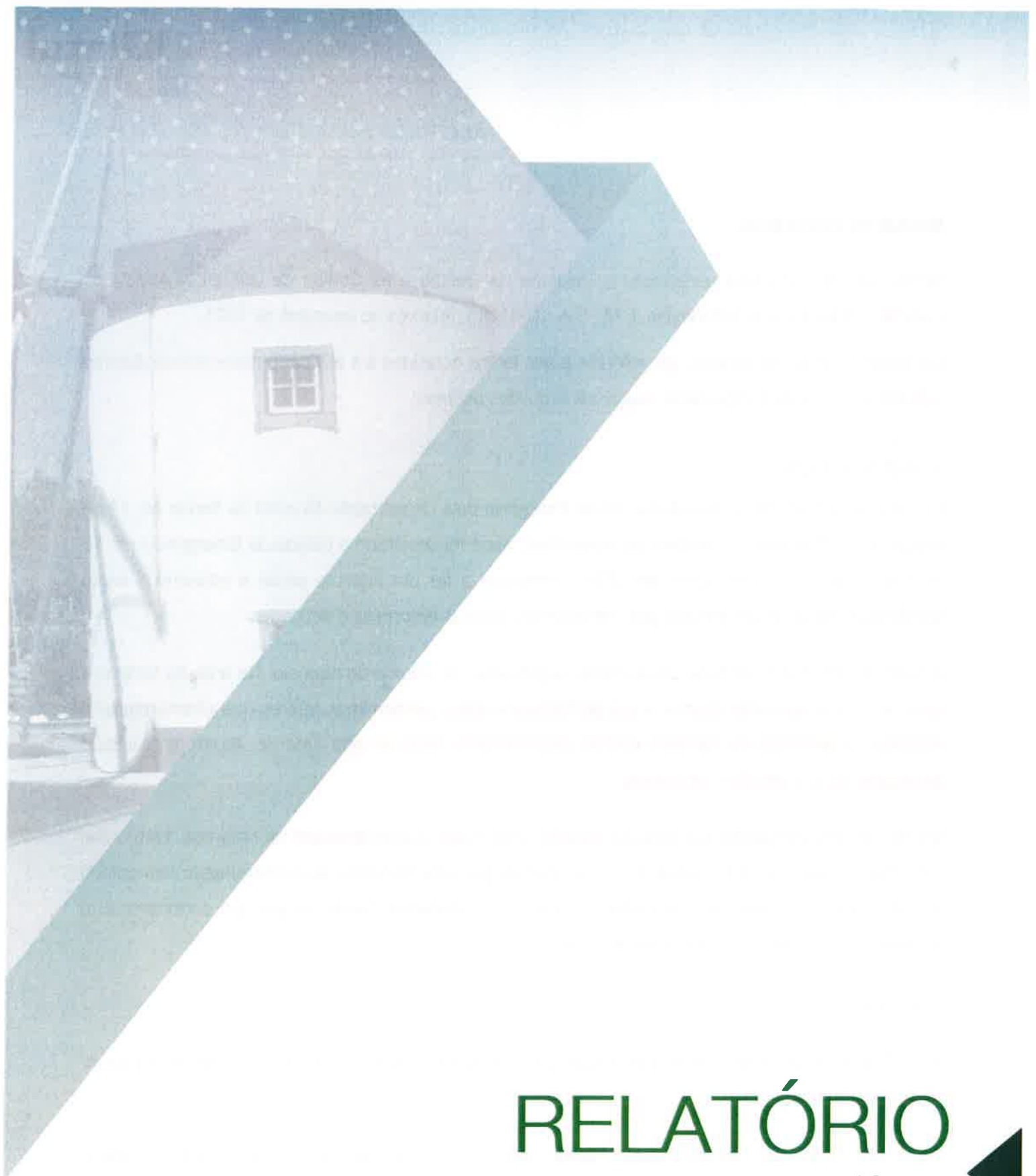
FISCAL ÚNICO – Macedo, Caldas & Bento SROC

SUPLENTE – Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'X' followed by a vertical line and a small flourish at the bottom.

ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE GESTÃO	5
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	21
III. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA	26
IV. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	53
IV. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	55



RELATÓRIO DE GESTÃO



Handwritten signature and initials in blue ink.

Senhores Acionistas,

Vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e as Contas da GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A. (GIATUL), relativas ao exercício de 2021.

O Conselho de Administração, em referência aos factos ocorridos e à atividade desenvolvida durante o exercício, considera importante realçar os seguintes aspetos:

1. INTRODUÇÃO

O surto do COVID-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País, onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020. Este surto, em 2021, continuou a ter um impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza para as empresas e entidades.

A GIATUL, em 2021, verificou um aumento significativo no volume de negócio. Na área do turismo e lazer, viu a sua atividade retomar a sua performance antes pandemia, e na área das infraestruturas e rodovias, o desempenho também evoluiu positivamente, face ao ano anterior. Assim, o resultado alcançado no ano de 2021 foi positivo.

Mantendo uma estratégia que procura garantir uma maior sustentabilidade da empresa, bem como uma melhor agilidade operacional, é com prudência que este Conselho de Administração tem optado por medidas que pretendem minimizar o impacto da pandemia, tendo sempre em consideração o exigente contexto económico e financeiro nacional.

Historial

A GIATUL é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída, nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de agosto.

Foi constituída em junho de 2004 com o capital social de 500.000€, pelos acionistas Município de Mafra, com 80%, e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A., com 20% do referido capital.

Em março de 2005, o parceiro Orbitur, S.A., cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Actividades Lúdicas, Lda.

Em março de 2008, a Bluematrix, Lda., cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A' followed by a series of loops and a final flourish.

Em agosto de 2010, a Imoestrela, S.A., cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

Em 10 de abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para “Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.” e o capital social da empresa passou a ser de 900.000€, totalmente detidos pelo Município de Mafra.

Em 2019, verificou-se ainda a entrada em vigor do Contrato Programa com o único Acionista, a Câmara Municipal de Mafra, que veio estabelecer a missão e os objetivos a prosseguir pela GIATUL, para os anos de 2018 a 2021, de acordo com as orientações estratégicas estabelecidas pelo Município.

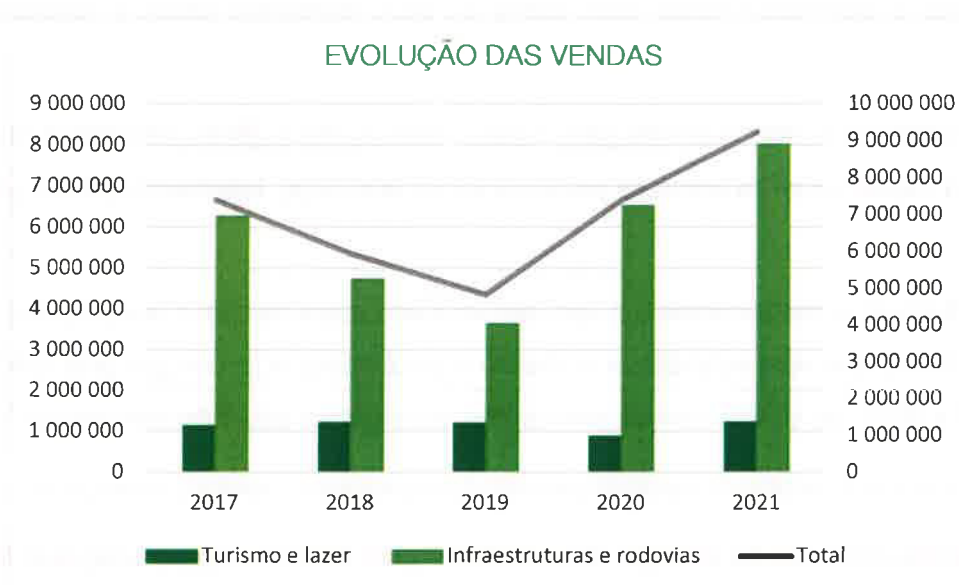
O fundamento de necessidade do estabelecimento do mencionado contrato alicerça-se:

- i) Na correta avaliação da situação das atividades pela GIATUL, com o adequado levantamento das necessidades de intervenção, assim como da sua quantificação;
- ii) No conhecimento e experiência adquiridos pela GIATUL no exercício das suas funções conforme objeto social, que permite realizar as atividades com prontidão e qualidade de serviço dentro do quadro de urgência e imprevisibilidade que as solicitações do Município exigem, conjugando essa operacionalidade com uma preocupação de racionalização de custos e de rentabilização das potencialidades dos recursos humanos e materiais existentes.

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

A atividade da GIATUL é desenvolvida em duas áreas:

- Turismo e lazer (Ericeira Camping);
- Infraestruturas e rodovias.



O volume de negócios da GIATUL em 2021 apresenta um aumento significativo face ao ano anterior. O maior aumento, em valor, verifica-se na área das infraestruturas e rodovias. Contudo, a área do turismo e lazer, em 2021, retomou valores de atividade antes pandemia, apresentando assim um crescimento também acentuado.

No turismo e lazer registou-se um aumento dos rendimentos na ordem dos 348.816€, que corresponde a um acréscimo de 40%, face ao ano anterior. Este acréscimo está diretamente relacionado com o facto de o Ericeira Camping ter encerrado a sua atividade entre meados de março e meados de maio, e com a diminuição do turismo, que se verificou ao longo de todo o ano de 2020. Já em 2021 o ano decorreu com atividade ao nível dos anos anteriores à pandemia.

Nas infraestruturas e rodovias, verificou-se um aumento nos rendimentos de 1.426.962€, que de acordo com a estratégia municipal de dotar o Município de melhores infraestruturas rodoviárias, levou a um maior investimento nesta área, originando assim o aumento da atividade da GIATUL.

No que se refere ao trabalho administrativo, o exercício de 2021 caracterizou-se por um ano de elevada exigência para dar cumprimento ao Código dos Contratos Públicos, tendo sido desenvolvidos 1.276 procedimentos de contratação pública.

Atividade de Turismo e Lazer

Para o Município, o sector do turismo é um dos vetores estratégicos para um desenvolvimento sustentado, constituindo o Ericeira Camping como um dos motores, nomeadamente pela importância que assume como infraestrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos para promoção do Concelho de Mafra.

O modelo de exploração do Ericeira Camping visa promover o Concelho de Mafra, enquanto destino turístico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, potenciando a capacidade de atrair novos visitantes, com consequentes impactos para o comércio e indústria de serviços local.

Neste sentido e procurando responder às necessidades do mercado, o Ericeira Camping oferece um serviço único e diferenciado, pelo facto de dispor de um conjunto de infraestruturas que não são muito frequentes nos Parques de Campismo em Portugal, dos quais destacamos:

- Alvéolos para campismo – 1.600 unidades
- Mobile homes – 79 unidades
- Espaços para autocaravanas e caravanas – 120 unidades
- Bungalows – 18 unidades – 98 camas
- Teepees – 20 unidades – 40 camas

Para além das características internas deste equipamento, a envolvente externa do parque dispõe de valências e recursos naturais, que permitem oferecer uma experiência diferenciadora.

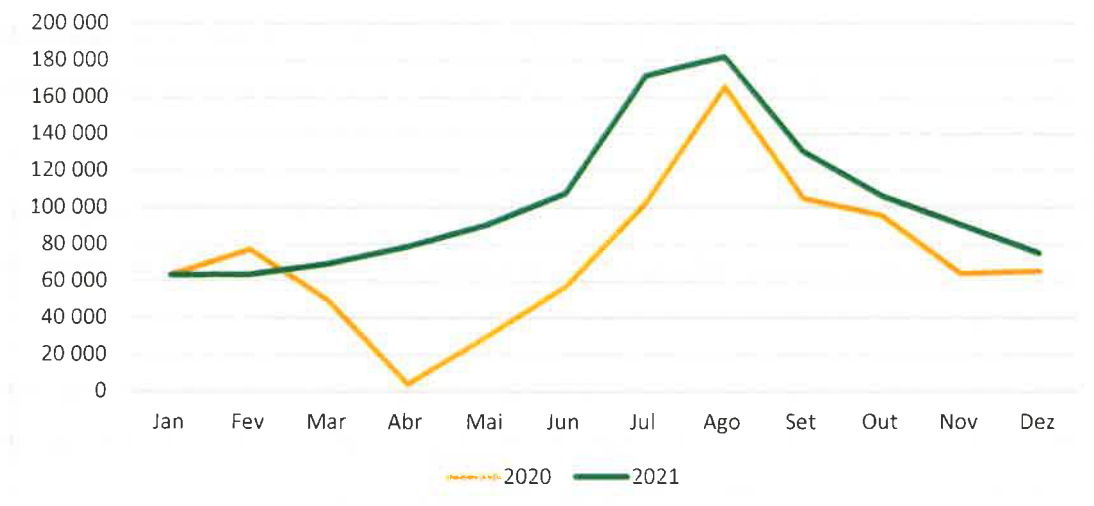
No mercado nacional, o Ericeira Camping ocupa um lugar de destaque ao nível da qualidade proporcionada pelas suas infraestruturas. A área reservada ao estacionamento de autocaravanas tem condições únicas em Portugal e está ao nível das melhores existentes na Europa.

Em Portugal, a totalidade da oferta diária instalada para campismo é de cerca de 182.000 utentes, tendo o Ericeira Camping uma capacidade para 1.600 campistas, representando cerca de 4% da oferta na Área Metropolitana de Lisboa, onde existe um total de 37.500 lugares de campismo.

No que respeita à relação de área por campista, a média nacional é de 6,33 m², apresentando o Ericeira Camping uma área de 10,55 m², facto que o diferencia quando comparado com alguns concorrentes, como por exemplo, a AML que tem uma área disponível, em momento de lotação máxima de 5,82 m², por campista.

Como já foi referido, os últimos anos têm sido anos muito exigentes para a área do turismo e lazer, uma vez que foi uma das áreas mais afetadas pela pandemia. Verificou-se o cancelamento de diversos eventos, como é exemplo o Sumol Summer Fest, entre outros, contudo, a atividade do Ericeira Camping apresentou um crescimento face a 2020.

EVOLUÇÃO MENSAL DAS VENDAS

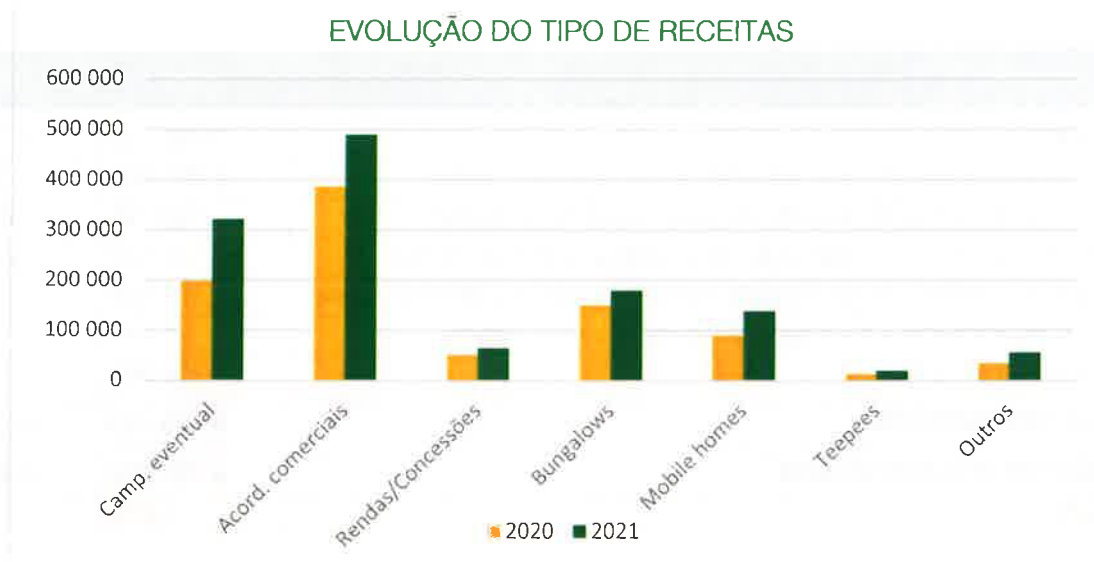


As vendas e serviços prestados desta atividade verificaram um aumento significativo em 2021, contudo esta variação deve-se à quebra das vendas verificada em 2020. Os meses onde se destaca o maior acréscimo de atividade é nos meses de abril e maio, que coincidem com os meses em que o Ericeira Camping teve de encerrar as suas atividades em 2020.

Nacionalidade	2020		2021		%Var.	
	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites
PORTUGUESA	10 766	32 127	14 600	44 418	36%	38%
ALEMÃ	1 820	6 406	3 472	12 618	91%	97%
FRANCESA	611	2 070	1 176	3 506	92%	69%
ESPAÑHOLA	1 534	4 789	2 430	7 837	58%	64%
PAISES BAIXOS	369	1 309	950	3 538	157%	170%
REINO UNIDO	138	913	402	1 578	191%	73%
ITALIANA	233	856	505	2 258	117%	164%
BELGA	202	707	532	1 889	163%	167%
SUIÇA	391	1 512	814	2 588	108%	71%
AUSTRALIANA	30	146	94	386	213%	164%
OUTROS	1 889	5 415	2 577	8 998	36%	66%
UTENTES ESTRANGEIROS	7 217	24 123	12 952	45 196	79%	87%
TOTAL GERAL	17 983	56 250	27 552	89 614	53%	59%

A evolução dos utilizadores por nacionalidades (utentes e noites) demonstra a retoma existente no sector do turismo, sendo o aumento dos utentes estrangeiros mais significativo que o aumento dos utentes nacionais.

Em termos de repartição por mercados, em 2021 assistiu-se a uma maior procura do mercado externo face ao interno. O mercado externo representa 50,43% das dormidas. Este resultado em 2021, é demonstrativo do nível de qualidade do parque, na medida em que por norma, o utente estrangeiro com maior capacidade de compra, torna-se mais seletivo e exigente.



Como já foi referido, em 2021 registou-se um aumento dos rendimentos na ordem dos 348.816€, sendo um crescimento de 39,56%. Os tipos de receitas com maior crescimento em 2021 foram o campismo eventual (52%), as mobile homes (44%) e as teepees (34%).

Atividade de Infraestruturas e Rodovias

Em 2021, a atividade de infraestruturas e rodovias verificou um acréscimo significativo, como resultado da estratégia municipal, que visa dotar o Município com melhores redes viárias.

Em 2020 foram, pelo primeiro ano, assinados os contratos com a Câmara Municipal de Mafra, que estipulam os trabalhos a desenvolver pela GIATUL em 5 áreas. Os contratos assinados foram os seguintes:

- Contrato de aquisição de serviços de manutenção e expansão da rede viária Municipal;
- Contrato de aquisição de serviços de manutenção e conservação de edifícios públicos;
- Contrato de aquisição de serviços de manutenção e conservação de espaços exteriores públicos e de prédios rústicos e urbanos não edificadas, propriedade do Município;
- Contrato de aquisição de serviços de fornecimento, de manutenção e de conservação da sinalética e dos equipamentos de apoio ao transporte público coletivo rodoviário de passageiros; e

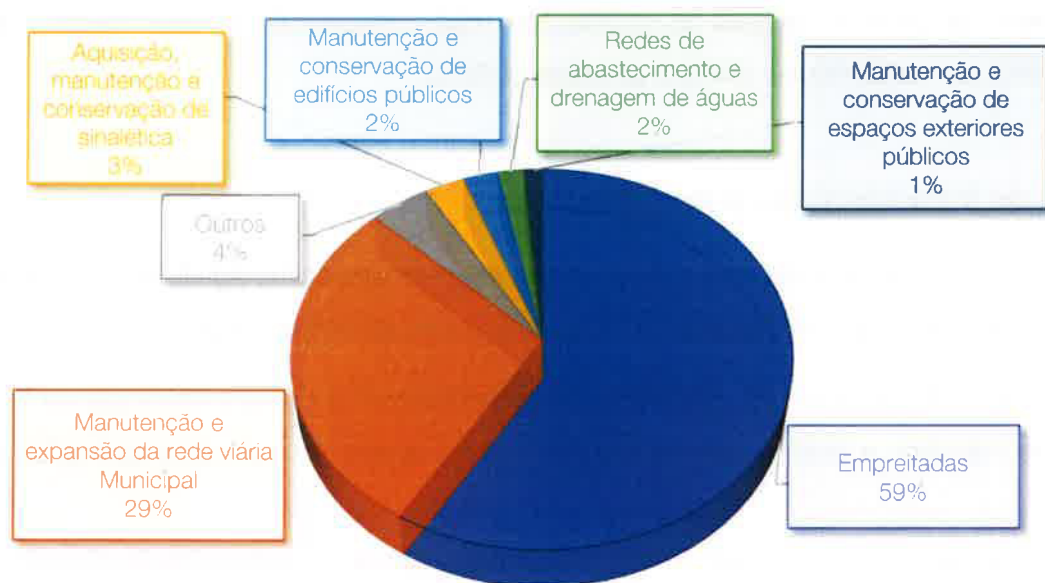
- Contrato de aquisição de serviços vários a executar nas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais do Município de Mafra.

Em seguida apresenta-se o valor dos rendimentos por tipo de trabalho, bem como a sua execução face ao orçamento de 2021.

Em euros

Tipo de trabalho	2020	2021
Empreitadas	3 785 155	4 712 745
Manutenção e expansão da rede viária Municipal (administ. direta)	2 051 954	2 290 274
Manutenção e conservação de edifícios públicos (administ. direta)	193 796	201 540
Aquisição, manutenção e conservação de sinalética (administ. direta)	124 442	225 031
Manutenção e conservação de espaços exteriores públicos (administ. direta)	104 944	106 464
Redes de abastecimento e drenagem de águas (administ. direta)	71 498	149 368
Outros (administ. direta)	198 963	338 652
TOTAL DE RENDIMENTOS	6 530 753	8 024 075
RENDIMENTOS ORÇAMENTADOS	4 761 808	6 996 086
EXECUÇÃO	137%	115%

DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE TRABALHO



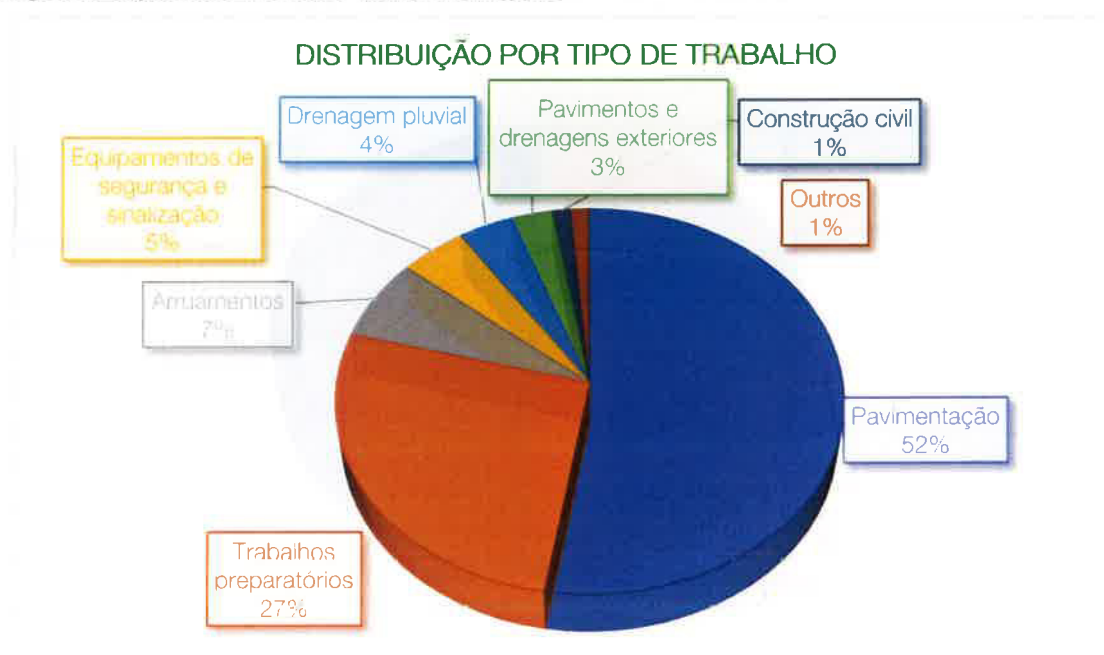
Obras adjudicadas a terceiros

Em 2021 foram adjudicadas mais de 40 empreitadas, tendo sido pavimentados cerca de 48,405 km e executados cerca de 9.828 m² de via de circulação pedonal.

As principais obras desenvolvidas foram:

- Pavimentação de diversos arruamentos em São Lourenço e Casais de São Lourenço
- Pavimentação da Rua das Tecedeiras, Rua da Bela Vista e Rua Principal - Freguesia de Mafra
- Pavimentação da Rua António Fernandes Cura e da Rua do Pinhal - Mafra
- Execução da via de circulação pedonal em Póvoa de Cima
- Pav. de um troço da EM 616 entre a Cabeça Alta e o cruz. com a EM 620-1
- Execução de via de circulação pedonal entre Campos e os Casais de Monte Bom - Santo Isidoro
- Pavimentação da Rua do Emigrante e arruamentos adjacentes - Ericeira
- Pavimentação de diversos arruamentos em Montesouros
- Pavimentação da Rua do Casalinho e arruamentos adjacentes - Encarnação
- Pavimentação de um troço da Rua da Várzea até à ligação da N. Senhora da Cadeira
- Pavimentação do Caminho Municipal 1187-2
- Requalificação, beneficiação e pavimentação da Rua do Vale Dágua, Rua do Belo Horizonte, Rua da Bela Vista e Caminho do Valdono - Encarnação
- Requalificação da estrada entre a Malveira e o Jerumelo

Manutenção e expansão da rede viária Municipal



Na área da manutenção e expansão da rede viária Municipal, o tipo de intervenção com maior peso são as relacionadas com a pavimentação, que representa 52% do trabalho desenvolvido. Em seguida, apresentam-se os trabalhos preparatórios, com 27%. Neste último estão incluídos trabalhos, como por exemplo, ceifas, varredura mecânica, varredura manual, limpeza de bermas, valetas e sumidouros, entre outros.

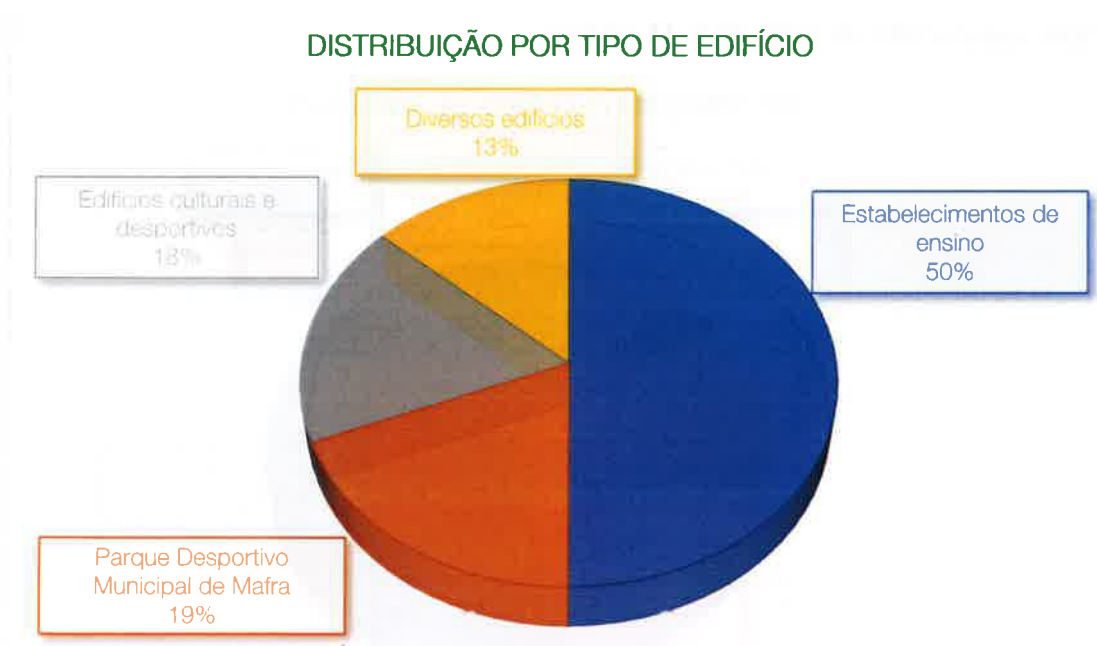
É de salientar a colaboração com a proteção civil, no que respeita à ceifa mecânica.

De referir que durante o exercício de 2021 foram pavimentados 16,27 km, foram conservados 2.699 m² de passeio e foram executadas ceifas, conservação de valetas, aquedutos e sumidouros em 262,92 km.

Os principais trabalhos desenvolvidos em 2021 foram:

- Pavimentação de arruamentos em Lexim, Ramilo e Casal Marreiros (4,2 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Cheleiros (2,4 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Enxara dos Cavaleiros (2,1 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Vila de Canas (1,35 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Milharado (1,2 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Póvoa da Galega (0,9 km de extensão)

Manutenção e conservação de edifícios públicos



Os estabelecimentos de ensino são aqueles onde ocorreram o maior número de intervenções, perfazendo cerca de 50%, seguido do Parque Desportivo Municipal, com cerca de 19% e dos edifícios culturais e desportivos, cerca de 18%.

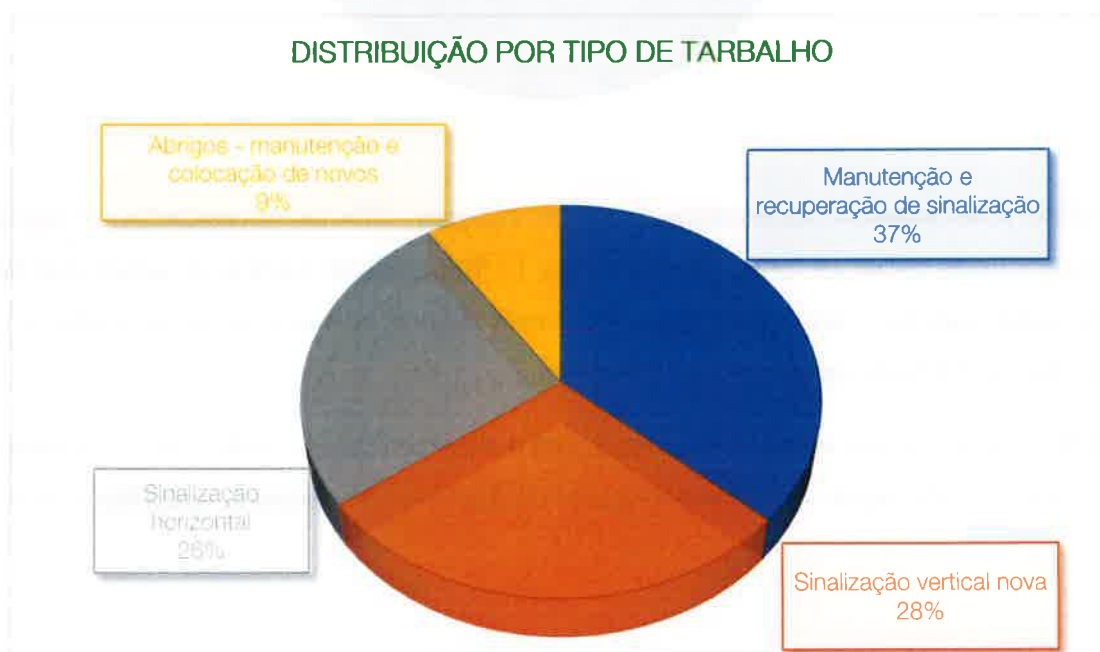
Nos estabelecimentos de ensino, foram efetuadas intervenções em 33 estabelecimentos, sendo a EB1 do Milharado, EB da Venda do Pinheiro, a EB1 Hélia Correia, a EB1 da Póvoa da Galega, a EB1 da malveira e a EB da Azueira, as que apresentaram intervenções com custos mais elevados.

No que respeita aos edifícios culturais e desportivos, cerca de 86% dos trabalhos, foram desenvolvidos nas piscinas do Concelho, destacando-se as intervenções na piscina da Ericeira, da Encarnação e da Venda do Pinheiro.

Já no Parque Desportivo Municipal, foram desenvolvidos trabalhos em diversos espaços, nomeadamente nos espaços exteriores, piscinas, pavilhão, estádio, ginásio, entre outros.

É de realçar que se tem vindo a executar trabalhos de maior dimensão, nestas instalações, dadas as competências das equipas BIR (brigadas de intervenção rápida) e com isso tem sido dada preferência aos trabalhos por administração direta em detrimento da contratação externa.

Aquisição, manutenção e conservação de sinalética



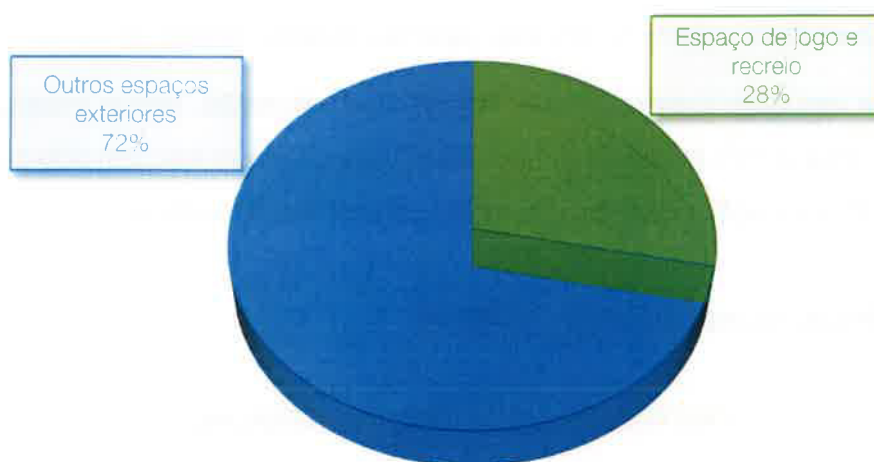
Os trabalhos relacionados com aquisição de serviços de fornecimento, de manutenção e de conservação da sinalética e dos equipamentos de apoio ao transporte público coletivo rodoviários de passageiros foram desenvolvidos nas 11 freguesias do Concelho. Nas freguesias de Mafra, Encarnação, Santo Isidoro, Carvoeira e União de Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés, foi onde se desenvolveu o maior número de trabalhos.

De referir que durante o ano de 2021 foram colocados/substituídos mais de 800 sinais verticais.

Neste âmbito, tem-se vindo a realizar a recuperação de diversos abrigos de passageiros, dispostos por todo o Concelho, tendo sido efetuadas mais de 20 intervenções durante o ano de 2021.

Manutenção e conservação de espaços exteriores públicos

DISTRIBUIÇÃO POR ESPAÇO EXTERIOR

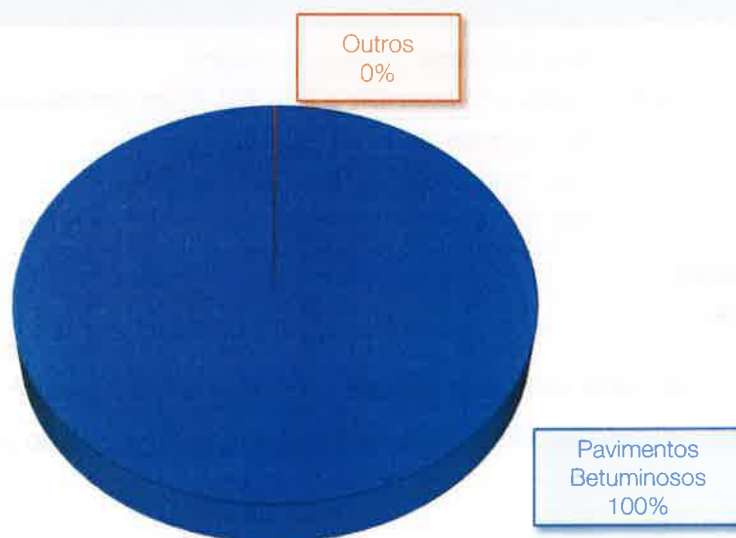


Dos trabalhos desenvolvidos nos espaços exteriores públicos, 28% foram realizados em espaços de jogo e recreio. Estes trabalhos foram efetuados nas 11 freguesias do Concelho, sendo que 59% dos trabalhos foram realizados em parques infantis. Nesta rubrica, destaca-se ainda a intervenção no Parque Ecológico e Intermodal da Venda do Pinheiro e no Jardim do Cerco.

Os restantes trabalhos nos espaços exteriores foram desenvolvidos também nas 11 freguesias do Conselho, apresentado algum destaque a freguesia de Santo Isidoro, Ericeira, Igreja Nova e Cheleiros.

Redes de abastecimento e drenagem de águas

DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE TRABALHO



No que diz respeito aos serviços executados nas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais do Município de Mafra, pode-se verificar que os trabalhos desenvolvidos, são quase na totalidade, na área de reposição de pavimento betuminoso. Em 2021 foram repostos cerca de 4.760 m² de pavimento betuminoso.

Outros

Na rubrica de outros, encontram-se contemplados proveitos relacionados com:

- Venda de massas asfálticas;
- Reposição de pavimento betuminoso a particulares; e
- Apoios em festivais e eventos.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA – FINANCEIRA

A situação económico-financeira da empresa, caracteriza-se pelos seguintes indicadores:

Indicadores	Rácio	2020	2021
Liquidez Geral	Ativo Circulante / Passivo Circulante	34,36%	79,58%
Cobertura do Imobilizado	Capitais Próprios+Div a Terc. M/L Prazo / Imobilizado	68,30%	95,69%
Solvabilidade	Ativo Líquido / Passivo	226,72%	241,74%
Autonomia Financeira	Cap. Próprios Totais / Ativo Líquido Total	55,89%	58,63%
Rendibilidade	Res Operac+Amort+Prov+Enc Finac / Act Liq Total	6,94%	10,98%
Volume de Negócios		7 412 451	9 254 588
Resultado Líquido		-89 931	96 387

Dada a retoma de atividade verificada durante o exercício de 2021, a GIATUL apresenta uma melhoria em todos os seus indicadores, tendo conseguido alcançar um resultado positivo de 96.387€.

4. INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos realizados no exercício de 2021, foram os seguintes:

Em euros

	Investimento	Desinvestimento
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico	94 670	
Equipamento de transporte	71 729	
Ativos intangíveis		
Programas de computador	2 400	
TOTAL	168 799	0

5. PERSPECTIVAS FUTURAS

Com o atual panorama verificado em Portugal, que apresenta um elevado grau de incerteza para as empresas e entidades, e que apontam para um ano de 2022 ainda com mais incerteza, torna-se difícil prever a evolução da atividade da empresa.

Os valores aprovados no Plano de Atividades e Orçamento para 2021, foram estimados numa perspetiva que se considera prudente, em virtude da grande volatilidade económica e financeira atual.

Na expectativa de que o parque de campismo continue a recuperar a sua atividade, bem como a atividade de infraestruturas e rodovias se mantenha em pleno, espera-se que os resultados da GIATUL possam continuar positivos em 2022.

Apesar da atual instabilidade económica e social, perspectiva-se que a situação financeira da empresa possa continuar equilibrada no futuro. O atual conflito entre a Rússia e a Ucrânia é um acontecimento relevante a nível global, mas o Conselho de Administração não prevê que possa influenciar materialmente a situação financeira futura.

6. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem dívidas em mora à Autoridade Tributária, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentação e ADSE.

Não ocorreram negócios entre a sociedade e qualquer um dos seus administradores. A sociedade não possui sucursais e não existem ações próprias.

Não há instrumentos financeiros complexos, nem existem riscos relevantes relacionados com financiamentos, dado que a sociedade tem uma estrutura financeira equilibrada e tem sempre cumprido com as suas obrigações. O valor de 1.069.324€ que se encontra na rubrica de caixa e depósitos à ordem a 31/12/2021 é quase na sua totalidade depósitos à ordem. Em caixa apenas existem 2.697€.

Por prudência contabilística, em 2021 foram reconhecidas perdas no valor de 33.115€ por imparidades referentes a receitas arrecadadas, cuja responsabilidade se encontra em processo de análise. O valor encontra-se reconhecido na rubrica de outros créditos a receber, mas por valor nulo.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Com base nestes considerandos, a GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A., apresenta no exercício de 2021 resultados positivos de 96.386,52€ (noventa e seis mil trezentos e oitenta e seis euros e cinquenta e dois cêntimos). Neste sentido, o Conselho de Administração, vem propor realizar a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados	69.764,13€
- Reservas para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestido.....	26.622,39€

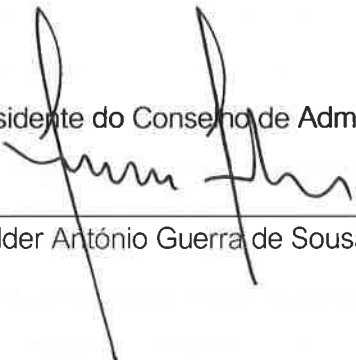
8. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja registar o agradecimento a todos os que ao longo deste exercício, contribuíram para a consolidação da atividade da empresa, nomeadamente:

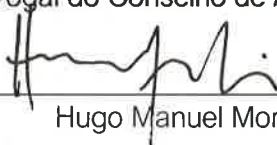
- Ao Acionista, pela confiança depositada na Administração;
- Ao Fiscal Único, pela pronta e sempre oportuna colaboração;
- Às Instituições Financeiras, pela confiança que continuamente nos manifestam;
- Aos utentes e clientes, pela preferência e fidelização demonstradas;
- A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e profissionalismo, no exercício das suas funções;

Mafra, 18 de março de 2022

O Presidente do Conselho de Administração

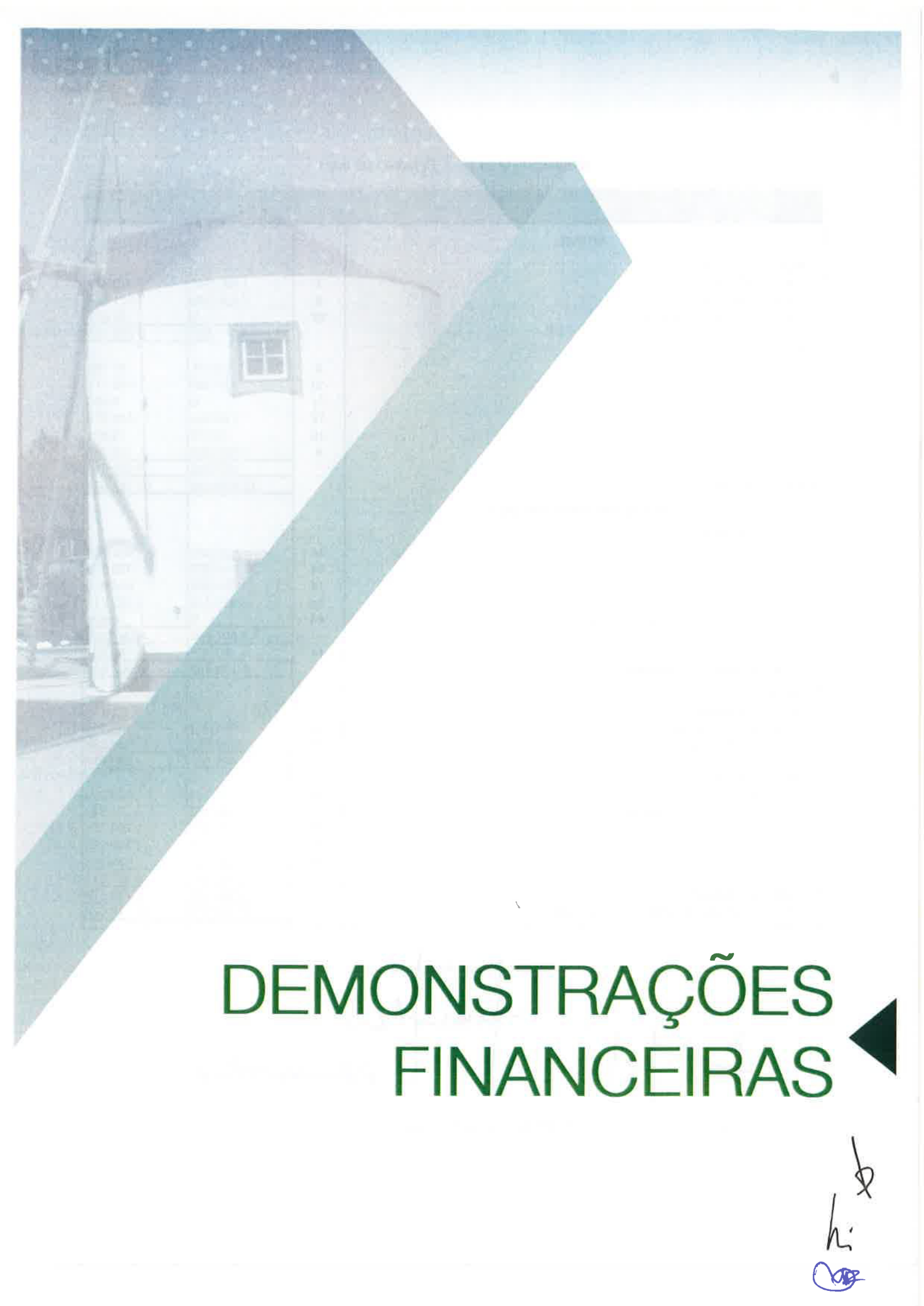

Hélder António Guerra de Sousa Silva

Vogal do Conselho de Administração


Hugo Manuel Moreira Luís

Vogal do Conselho de Administração


Aldevina Maria Machado Rodrigues



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

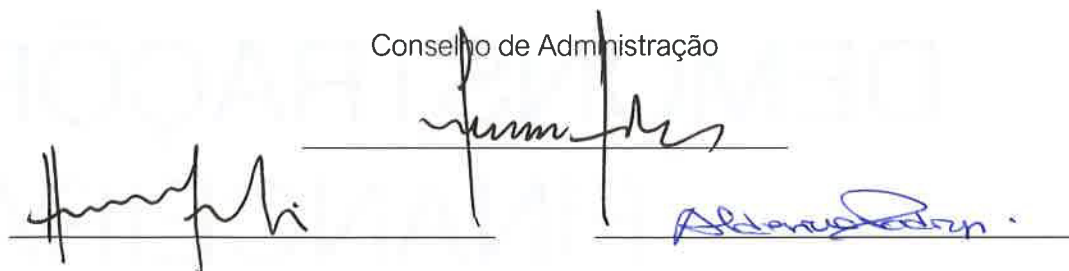
h
C

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31/12/2021	31/12/2020
ACTIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7	1 491 313	1 573 373	
Ativos intangíveis	8	7 420 308	7 621 908	
Ativos por impostos diferidos	27	0	22 874	
		8 911 621	9 218 155	
Ativo corrente				
Inventários	9	84 975	67 788	
Clientes	10	168 346	836 117	
Estado e outros entes públicos	11	0	9 483	
Outros créditos a receber	12	158 883	446 873	
Diferimentos	13	16 466	19 871	
Caixa e depósitos bancários	4	1 069 324	149 387	
		1 497 995	1 529 519	
TOTAL DO ACTIVO		10 409 616	10 747 674	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital subscrito	14	900 000	900 000	
Reservas legais	14	356 800	356 800	
Outras reservas	14	794 882	844 910	
Resultados transitados	14	3 955 413	4 002 241	
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	14	0	-6 925	
		6 007 096	6 097 026	
Resultado líquido do período	14	96 387	-89 931	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		6 103 482	6 007 096	
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	15	1 854 084	102 402	
Outras dívidas a pagar	17	569 683	186 536	
		2 423 767	288 937	
Passivo corrente				
Fornecedores	16	780 158	626 909	
Estado e outros entes públicos	11	164 463	94 562	
Financiamentos obtidos	15	390 328	1 794 354	
Outras dívidas a pagar	17	516 784	1 199 923	
Diferimentos	13	30 633	735 893	
		1 882 366	4 451 641	
TOTAL DO PASSIVO		4 306 134	4 740 578	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		10 409 616	10 747 674	

Conselho de Administração



Contabilista Certificado nº 85017

Ara Gustina Almeida Pezosa

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

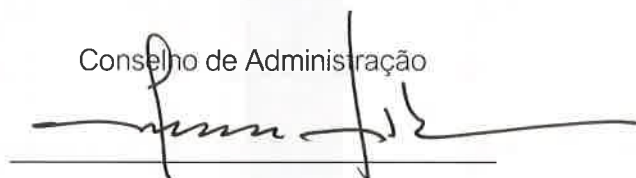
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	18	9 254 588	7 412 451
Subsídios à exploração	19	412 858	300 000
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-768 040	-547 295
Fornecimentos e serviços externos	21	-6 545 308	-5 272 726
Gastos com o pessoal	22	-1 782 728	-1 668 721
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	-33 115	0
Outros rendimentos	24	138 817	141 713
Outros gastos	25	-57 201	-37 410
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		619 871	328 011
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	-452 459	-412 428
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		167 412	-84 417
Juros e rendimentos similares obtidos		0	5
Juros e gastos similares suportados	27	-37 138	-26 624
Resultados antes de impostos		130 274,20	-111 036
Imposto sobre o rendimento do período	28	-33 888	21 106
Resultado líquido do período		96 387	-89 931

Conselho de Administração







Contabilista Certificado nº 85017



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

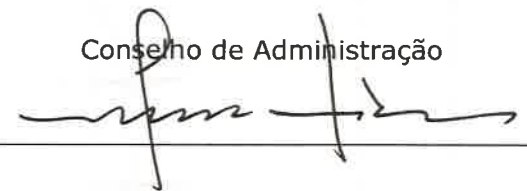
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	900 000	356 800	821 534	3 992 554	-6 925	33 063	0	6 097 026
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14			23 376	9 687		-33 063	0	0
	2	0	0	23 376	9 687	0	-33 063	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						-89 931	0	-89 931
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						-122 994	0	-89 931
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
	5	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6=1+2+3+5	900 000	356 800	844 910	4 002 241	-6 925	-89 931	0	6 007 096

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	900 000	356 800	844 910	4 002 241	-6 925	-89 931	0	6 007 096
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14			-50 028	-46 827	6 925	89 931	0	0
	7	0	0	-50 028	-46 827	6 925	89 931	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						96 387	0	96 387
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8						186 317	0	96 387
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
	10	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	11=6+7+8+10	900 000	356 800	794 882	3 955 413	0	96 387	0	6 103 482

Conselho de Administração



Contabilista Certificado nº 85017



ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

[Handwritten signature]

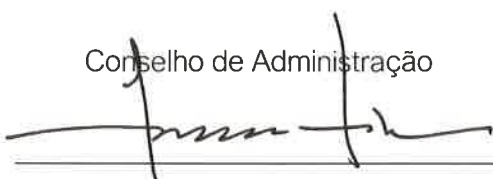
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

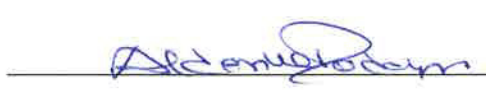
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICA	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de clientes	10 196 567	6 754 955
Pagamentos a fornecedores	-8 235 252	-5 033 870
Pagamentos ao pessoal	-1 782 728	-1 668 721
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	178 586	52 364
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-24 405	44 054
Outros recebimentos/pagamentos	461 117	371 187
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</i>	615 298	467 604
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-6 770	-90 902
Ativos intangíveis	-2 400	-9 600
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</i>	-9 170	-100 502
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	2 159 629	350 005
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-1 808 682	-724 354
Juros e gastos similares	-37 138	-26 624
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</i>	313 809	-400 973
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	919 937	-33 871
Caixa e seus equivalentes no início do período	149 387	183 258
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 069 324	149 387

Conselho de Administração





Contabilista Certificado nº 85017

Ana Cristina Almeida Pezão

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

1.1. Designação da entidade

GIATUL - ATIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.

É uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de agosto.

Foi constituída em junho de 2004 com o Capital Social de 500.000€, pelos acionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital. Em março de 2005, o parceiro Orbitur, S.A., cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda. Em março de 2008, a Bluematrix, Lda. cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A. Em agosto de 2010, a Imoestrela, S.A., cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

Em 10 de abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para “GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

1.2. Sede

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 2640-486 Mafra

1.3. Natureza da atividade

A empresa tem por objetivo a prestação de serviços de interesse geral, bem como de promoção do desenvolvimento local e regional na área do concelho de Mafra:

- a) Promoção, gestão, exploração e rentabilização do parque de campismo de Mil Regos, bem como de parques de autocaravanismo da titularidade do Município de Mafra;
- b) Conservação, renovação, beneficiação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos afetos ou relevantes para o parque de campismo de Mil Regos bem como para os parques de autocaravanismo;



- c) Realização de investimentos para a expansão da atividade do parque de campismo ou parques de autocaravanismo, de acordo com vocação;
- d) O exercício da atividade de gestão de obras públicas para o Município de Mafra e para outras entidades detidas por aquela autarquia, consistente na prática de todos os atos materiais e jurídicos necessários à perfeição das obras cuja gestão lhe seja solicitada pelo Câmara Municipal de Mafra, compreendendo qualquer atividade, desde a sua conceção, financiamento, concretização e até à receção das respetivas obras;
- e) Realização de atividades de conceção e execução de obras públicas, bem como de implementação de planos, projetos e demais empreendimentos, nomeadamente de equipamentos, edifícios, rodovias e infraestruturas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal, urbana ou rural, que lhe sejam confiadas pelo Município ou de acordo com a programação aprovada pelo mesmo, com recurso a meios próprios ou meios contratados a terceiros em regime de empreitada ou de concessão de obra pública;
- f) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos de utilização coletiva que sejam propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano e sinalização;
- g) Conservação, restauração, reparação beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
- h) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;
- i) Apoio nas atividades de fiscalização técnica de infraestruturas municipais;
- j) Produção e comercialização de massas betuminosas, asfálticas e outros materiais de construção.

A título acessório, a empresa pode exercer outras atividades nas áreas da cultura, do desporto, da educação e do turismo, designadamente a prestação de serviços, bem como a promoção e exploração de outras atividades de cultura, turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

1.4. Designação e sede da empresa-mãe

O capital social de 900.000€, representado por 180.000 ações nominativas de 5€ cada, detidas a 100% pela Câmara Município de Mafra, com sede na Praça do Município, 2640-516 Mafra.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da GIATUL foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as retificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de Junho.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

Continuidade - No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

Regime do acréscimo - Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

Consistência de apresentação - A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

Materialidade e agregação - A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar

as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo. As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

Compensação - Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

Informação comparativa - O conteúdo das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior. Toda a informação que consta nas Demonstrações Financeiras e no presente documento, com referência a 2020, consiste, na informação da sociedade "GIATUL, S.A.".

Participações financeiras em subsidiárias e associadas

As participações financeiras em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

Quando a proporção nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária ou associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada

relatar lucros, retoma-se o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Ativos fixos tangíveis

Os edifícios e equipamentos que integram o ativo fixo tangível são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 7, isto é, pelo custo menos a depreciação e perdas de imparidade acumuladas.

A depreciação dos edifícios e equipamentos é reconhecida como gasto a afetar os resultados operacionais, na base do método de linha reta (quotas constantes), com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual dos ativos, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e obras de modificação	5 e 10 anos
Equipamentos e instalações básicas e administrativas	8 a 12 anos
Equipamento e ferramentas ligeiras	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos

Os períodos de vida útil foram objeto de estimativa atualizada, nas datas de relato. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Para a generalidade dos ativos fixos tangíveis da empresa não foram até ao momento detetados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

Locações

Tal como preceituado na NCRF 9, os ativos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são reconhecidos ao custo histórico depreciado. No passivo reconhecem-se os valores atualizados das prestações em dívida às locadoras.

A GIATUL classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo para o locatário. As restantes

locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Por forma a determinar se o ativo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na NCRF 12 - Imparidade de ativos.

Ativos intangíveis

Aos ativos intangíveis são reconhecidos sempre que os mesmo são identificáveis, exerce-se controlo sobre os mesmos, seja provável que fluam benefícios económicos futuros e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas, necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Participações Financeiras

Nos casos de investimentos em associadas, às quais se aplica o método da equivalência patrimonial, as respetivas verbas de financiamentos concedidos não tiveram tratamento de justo valor, dada a sua exclusão do âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Ativos não correntes detidas para venda

Os ativos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a Entidade está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a Entidade retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Inventário

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em inventários.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).

Instrumentos financeiros

No tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é utilizada a NCRF 27- Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos ativos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e financiamentos obtidos. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo, sendo a taxa de juro efetiva a taxa que desconta

exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Clientes e outras dívidas de terceiros

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As contas a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado menos as perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas.

Às outras contas a pagar do passivo não corrente, não se procedeu a qualquer ajustamento à quantia assentada, por impossibilidade de mensurar fiavelmente o seu valor atual/descontado, já que não existem pressupostos de prazo, tempestividade e valor de prestações, taxa de juro, que permitissem apurar e atualizar os fluxos de caixa futuros.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), sem afetar o valor do respetivo capital.

São aplicáveis as definições da NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa.

Imparidade de ativos

À data de cada relato e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos acionistas.

Financiamentos obtidos

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão

reconhecidos pelo método do juro efetivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10 - Custos de empréstimos obtidos

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. Os montantes das provisões são revistos na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a GIATUL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Aplicaram-se as definições e critérios das NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados

Rédito

As Vendas e Serviços Prestados são reconhecidas a afetar os resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poder serem recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Os Serviços Prestados são apresentados líquidos de devoluções e de descontos comerciais.

Foram aplicados as definições e os critérios da NCRF 20.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando: (i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa/Grupo; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

Benefício dos empregados

A empresa não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

Subsídios e apoios do Governo

Encontra-se reconhecidos rendimentos de subsídios recebidos ao abrigo do Contrato Programa com a Câmara Municipal de Mafra, que entrou em vigor durante o exercício de 2019.

Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que ocorrem, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

Imposto sobre o rendimento

Existem, nos períodos de relato, situações que permitam o apuramento, na estimativa anual, de impostos diferidos, ou reconhecimento de ativos por impostos diferidos.

Quando aplicável adotou-se a NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

Transações e saldos em moeda estrangeira

O euro é a moeda funcional e de relato

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afetar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

A data de autorização para emissão das demonstrações financeiras é de 18 de março de 2022.

Juízo de valor, estimativa e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que



envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

a) Mensuração de propriedades de investimento: as propriedades de investimento mensurados pelo justo valor, são objeto de avaliações independentes realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas de acordo com metodologias combinando os seguintes critérios: (i) comparação de mercado; (ii) rendimento; (iii) capitalização direta; e (iv) fluxos de caixa descontados.

b) As Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um benchmark diferente.

Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão, situações que coloquem em causa a continuidade da GIATUL, S.A.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria, líquidos de descobertos bancários.

A caixa e seus equivalentes em 31/12/2021 e em 31/12/2020, tem a seguinte composição:

	2021	2020
Caixa	2 697	2 539
Depósitos à ordem	1 064 128	144 348
Outros depósitos	2 500	2 500
TOTAL	1 069 324	149 387

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o período findo em 31/12/2021, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. PARTES RELACIONADAS

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais a GIATUL tem influência significativa e que não sejam subsidiárias nem tenham interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas, mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas.

A GIATUL detém 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

Participada	Participação	Valor Mensurado	Ano aquisição	Total do capital social	Resultado 2020
Mafreduca S.A.	49%	0,00	2008	100 000€	(579.693€)

Foi decidido alienar integralmente a participação social detida na Mafreduca, S.A., conforme deliberação inscrita na ata da Assembleia Geral de 18/02/2013. O processo embora tenha sido iniciado, não chegou a ficar concluído. A empresa continua a desenvolver esforços para encontrar uma alternativa legalmente viável.

A participação financeira encontra-se reconhecida por valor nulo, uma vez que esta apresenta Capitais Próprios com valor negativo. Acresce que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais.

A 31/12/2020 apresentava Capitais Próprios negativos em 22.336.644€.

Até à presente data, ainda não foram disponibilizadas as demonstrações financeiras do exercício findo a 31/12/2021.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte:

2021							
Descrição	Terr. e recursos naturais	Edifícios e outras construç.	Equip. básico	Equip. de transp.	Equip. administ.	Out. ativ.	Total
Ativo							
Saldo inicial	420 691	707 641	6 176 309	248 482	114 599	72 404	7 740 127
Aumentos			94 670	71 729			166 399
Alien. e abates							0
Saldo final	420 691	707 641	6 270 979	320 211	114 599	72 404	7 906 526
Depreciações acumuladas							
Saldo inicial		410 350	5 342 401	237 932	106 061	70 009	6 166 754
Dep. exercício		43 331	171 508	28 482	2 743	2 395	248 460
Alien. e abates							0
Saldo final	0	453 681	5 513 910	266 415	108 804	72 404	6 415 214
Ativo líquido	420 691	253 960	757 070	53 797	5 795	0	1 491 313

2020							
Descrição	Terr. e recursos naturais	Edifícios e outras const.	Equip. básico	Equip. de transp.	Equip. administ.	Out. ativ.	Total
Ativo							
Saldo inicial	420 691	647 982	6 145 066	248 482	114 599	72 404	7 649 225
Aumentos		59 659	31 243				90 902
Alien. e abates							0
Saldo final	420 691	707 641	6 176 309	248 482	114 599	72 404	7 740 127
Depreciações acumuladas							
Saldo inicial		367 019	5 188 992	227 382	103 318	67 615	5 954 326
Dep. exercício		43 331	153 409	10 550	2 743	2 394	212 428
Alien. e abates							0
Saldo final	0	410 350	5 342 401	237 932	106 061	70 009	6 166 754
Ativo líquido	420 691	297 291	833 908	10 550	8 538	2 395	1 573 373

No que respeita ao valor reconhecido em "Terrenos e recursos naturais" corresponde ao terreno denominado "Vale da Bica", localizado no Concelho de Mafra. Encontra-se mensurado pelo valor de aquisição.

Os restantes ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com as vidas úteis especificadas na nota 2.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, nos períodos findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020:

2021					
Descrição	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Invest. em curso	Total
Ativo					
Saldo inicial	423	10 912 308	106 193	9 600	11 028 523
Aquisições				2 400	2 400
Transferências	12 000			-12 000	0
Alien. e abates					0
Saldo final	12 423	10 912 308	106 193	0	11 030 923
Depreciações acumuladas					
Saldo inicial	423	3 300 000	106 193		3 406 616
Dep. exercício	4 000	200 000			204 000
Alien. e abates					0
Saldo final	4 423	3 500 000	106 193	0	3 610 615
Ativo líquido	8 000	7 412 308	0	0	7 420 308

2020					
Descrição	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Invest. em curso	Total
Ativo					
Saldo inicial	423	10 912 308	106 193		11 018 924
Aquisições				9 600	9 600
Alien. e abates					0
Saldo final	423	10 912 308	106 193	9 600	11 028 524
Depreciações acumuladas					
Saldo inicial	423	3 100 000	106 193		3 206 616
Dep. exercício		200 000			200 000
Alien. e abates					0
Saldo final	423	3 300 000	106 193	0	3 406 616
Ativo líquido	0	7 612 308	0	9 600	7 621 908

Discrimina-se em seguida o valor da rubrica de propriedade industrial, por item:

Descrição	Ano aquisição	Valor reconhecido	Tipo de direito
Avessada - Ericeira / Limites Ericeira	30/04/2007	2 422 373	50 anos Direitos Superf
Fonte Boa da Brincosa - Carvoeira	30/04/2007	421 956	50 anos Direitos Superf
Primeiro Quinhão Casal da Estrada / Piscinas	30/04/2007	565 619	50 anos Direitos Superf
Limites do Marco - Azueira	30/04/2007	320 462	50 anos Direitos Superf
As Pedoeiras ou Campo do Tojo - Igreja Nova	30/04/2007	288 732	50 anos Direitos Superf
Charneca - Venda do Pinheiro	21/11/2007	212 801	50 anos Direitos Superf
Pateira - Santo Estevão Galés	21/11/2007	272 283	50 anos Direitos Superf
Quinta da Princesa - Enxara do Bispo	21/11/2007	305 109	50 anos Direitos Superf
Monte Godel - Santo Isidoro	19/03/2008	313 317	50 anos Direitos Superf
Mafra - Salgados	29/05/2008	651 381	50 anos Direitos Superf
Dir. Superfície terreno Abrunheira	31/12/2008	138 274	50 anos Direitos Superf
Contrato-programa do Parque de Campismo.	29/06/2004	1 700 000	Cessão Exploração
TOTAL		7 612 308	

O parque de campismo é o único item que se encontra sujeito a depreciação, uma vez que os valores dos restantes estão suportados por uma avaliação independente realizada em março 2021.

9. INVENTÁRIOS

Valor das existências finais:

	2021	2020
Matérias-primas	6 230	10 348
Materiais diversos	78 745	57 440
TOTAL	84 975	67 788

10. CLIENTES

Saldos da conta de clientes nos períodos findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020:

	2021	2020
Clientes c/c	168 346	836 117
Clientes cobrança duvidosa	304 528	304 528
Perdas por imparidade acumuladas	-304 528	-304 528
TOTAL	168 346	836 117

Neste período houve alteração nos ajustamentos para clientes tendo em conta a antiguidade dos saldos dos mesmos.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Detalhe dos saldos da conta do estado e outros entes públicos:

	2021	2020
Ativo corrente		
Imposto sobre o rendimento	0	9 483
TOTAL	0	9 483
Passivo corrente		
Imposto sobre o rendimento (IRC)	388	0
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	9 671	9 608
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	123 014	51 019
Segurança social	26 152	29 768
Caixa geral de aposentações e ADS	3 463	4 167
Tributos das autarquias locais	1 776	0
TOTAL	164 463	94 562

Não existem quaisquer dívidas em mora às Finanças nem à Segurança Social.

12. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Detalhe dos outros créditos a receber:

	2021	2020
Devedores por acréscimo de rendimentos	157 073	446 393
Pessoal	1 527	0
Outros Devedores	33 115	0
Perdas por imparidade acumuladas	-33 115	0
Adiantamento a fornecedores	284	480
TOTAL	158 883	446 873

Encontra-se registado em outros devedores a quantia de 33.115€, referente a receitas arrecadadas, cuja responsabilidade se encontra em processo de análise. Por uma questão de prudência, foi constituída uma imparidade no mesmo valor.

13. DIFERIMENTOS

O desdobramento dos diferimentos registados no ativo e passivo corrente é o seguinte:

	2021	2020
Ativo corrente		
Juros a reconhecer	0	4 603
Seguros a reconhecer	16 466	15 268
TOTAL	16 466	19 871
Passivo corrente		
Rendimentos a reconhecer	30 633	735 893
TOTAL	30 633	735 893

Para melhor evidenciar as responsabilidades da empresa, os rendimentos a reconhecer foram registados com base na data de reconhecimento, passando a estar repartidos em rendimentos de curto prazo e rendimentos de médio/longo prazo.

14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Composição do capital:

	2021	2020
Capital subscrito	900 000	900 000
Reservas legais	356 800	356 800
Outras reservas		
Reservas livres	425 027	425 027
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2014	0	50 028
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2015	129 677	129 677
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2017	97 427	97 427
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2018	119 375	119 375
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2019	23 376	23 376
Resultados transitados	3 955 413	4 002 241
Ajustamentos em ativos financeiros	0	- 6 925
Resultado Líquido do exercício	96 387	- 89 931
TOTAL	6 103 482	6 007 096

A Câmara Municipal de Mafra detém 100% do capital social da GIATUL.

Os valores registados em dedução de lucros retidos e reinvestidos já se encontram totalmente executados com investimentos elegíveis. Por imposição legal, esta mantém-se em reserva nos capitais próprios por 5 anos. O valor referente a 2014 foi transferido para resultados transitados em 2021, por ter passado o prazo. O valor referente a 2015 será transferido para resultados transitados em 2022.

Em 2021, o movimento em resultados transitados corresponde apenas à aplicação do resultado de 2020.

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Detalhe dos financiamentos obtidos nos exercícios:

	2021	2020
Passivo não corrente		
Empréstimos Bancários	1 751 005	102 402
Leasing	103 079	0
	1 854 084	102 402
Passivo corrente		
Empréstimos Bancários	351 321	1 691 116
Conta caucionada	0	100 000
Leasing	39 007	3 238
	390 328	1 794 354
TOTAL	2 244 412	1 896 756

16. FORNECEDORES

Desdobramento das contas de fornecedores:

	2021	2020
Fornecedores C/C	614 513	510 488
Fornecedores - garantias	165 646	116 420
TOTAL	780 158	626 909

17. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As outras dívidas a pagar apresentam o seguinte detalhe em 2021 e 2020:

	2021	2020
Passivo não corrente		
Fornecedores - garantias	188 783	186 536
Rendimentos a reconhecer	380 901	0
	569 683	186 536
Passivo corrente		
Pessoal	0	1 849
Remunerações a liquidar	179 083	203 274
Credores diversos	337 701	994 800
	516 784	1 199 923
TOTAL	1 086 468	1 386 459

Tal como referido na nota 13, para melhor evidenciar as responsabilidades da empresa, os rendimentos a reconhecer foram registados com base na data de reconhecimento, passando a estar repartidos em rendimentos de curto prazo e rendimentos de médio/longo prazo.

18. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados reconhecidos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 apresentam o seguinte detalhe:

	2021	2020
Vendas de produtos acabados	68 589	2 228
Serviços prestados		
Infraestruturas	7 955 486	6 528 524
Parque de Campismo	1 230 514	881 698
TOTAL	9 254 588	7 412 451

As Prestações de Serviços ocorreram apenas no mercado interno.

19. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração apresentam o seguinte detalhe em 2021 e 2020:

	2021	2020
Subsídio Contrato Programa	300 000	300 000
Apoio Familiar-Covid 19	1 822	0
Transferência de equilíbrio	111 036	0
TOTAL	412 858	300 000

Em 2019, entrou em vigor o Contrato Programa celebrado com o acionista único, a Câmara Municipal de Mafra, que prevê o subsídio à exploração a ser entregue em parcelas até ao ano de 2021.

Em 2021 verificou-se uma transferência de acordo com o n.º5 do Artigo 40.º, da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, onde refere que no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos acionistas, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa.

20. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Detalhe do custo das mercadorias vendidas nos exercícios:

	2021	2020
Existências iniciais	67 788	57 974
Compras de matéria, subsidiária e de consumo	785 228	557 110
Existências finais	84 975	67 788
TOTAL	768 040	547 295

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos dos exercícios de 2021 e 2020 apresentam o seguinte detalha:

	2021	2020
Subcontratos	5 073 883	4 090 946
Trabalhos especializados	634 276	395 311
Publicidade e propaganda	7 334	14 969
Vigilância e segurança	144 677	136 294
Comissões	7 725	7 652
Conservação e reparação	71 316	84 880
Serviços Bancários	31 230	22 227
Ferramentas e Utensílios	22 888	21 035
Livros e documentação técnica		20
Material de escritório	17 598	15 484
Eletricidade	91 899	84 604
Combustíveis	172 021	129 203
Água	112 967	99 056
Lubrificantes	2 514	1 985
Deslocações e estadas	1 142	768
Rendas a alugueres	50 150	75 448
Comunicação	14 218	13 503
Seguros	33 509	27 262
Contencioso e notariado	190	429
Despesas de representação	40	4 886
Limpeza, higiene e conforto	55 285	46 752
Outros Serviços	446	11
TOTAL	6 545 308	5 272 726

22. GASTOS COM O PESSOAL

Detalhe dos gastos com o pessoal nos exercícios:

	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	0	0
Remunerações do pessoal	1 406 340	1 333 204
Encargos sobre remunerações	273 439	250 440
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	40 727	33 840
Outros gastos com o pessoal	62 222	51 237
TOTAL	1 782 728	1 668 721

A 31/12/2021 o número de trabalhadores era de 86, sendo 23 do Parque de Campismo.

23. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

Detalhe da imparidade de dívidas a receber dos exercícios:

	2021	2020
Perdas por imparidade – Outros devedores	33 115	0
TOTAL	33 115	0

Por prudência contabilística, em 2021 foram reconhecidas perdas no valor de 33.115€ por imparidades referentes a receitas arrecadadas, cuja responsabilidade se encontra em processo de análise. O valor encontra-se reconhecido na rubrica de outros créditos a receber, mas por valor nulo.

24. OUTROS RENDIMENTOS

Detalhe dos outros rendimentos dos exercícios:

	2021	2020
Correções imputáveis a períodos anteriores	0	662
Outros rendimentos e ganhos	138 817	141 051
TOTAL	138 817	141 713

A 01/11/2010 foi celebrado um contrato de arrendamento de um imóvel com a “Tarawa-kiribati”, que gerou um rendimento no montante de 47.500€, no exercício de 2021. Acresce o rendimento de 60.000€, que advém do acordo celebrado entre a Câmara Municipal de Mafra e a GIATUL referente à cessão de uma parcela de terreno.

25. OUTROS GASTOS

Detalhe de outros gastos dos exercícios:

	2021	2020
Impostos diretos	980	980
Impostos indiretos	19 830	7 662
Taxas	35 387	26 702
Correções de exercícios anteriores	886	2 033
Multas e penalidades	60	0
Outros gastos e perdas	57	34
TOTAL	57 201	37 410

26. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Movimento das amortizações dos ativos tangíveis e intangíveis, dos exercícios:

	2021	2020
Ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	43 331	43 331
Equipamento básico	171 508	153 409
Equipamento de transporte	28 482	10 550
Equipamento administrativo	2 743	2 743
Outros ativos fixos tangíveis	2 395	2 394
Ativo intangíveis:		
Propriedade Industrial	200 000	200 000
Programas de computadores	4 000	0
TOTAL	452 459	412 428

27. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Detalhe dos encargos financeiros suportados nos exercícios:

	2021	2020
Juros contraídos com empréstimos bancários	36 939	26 487
Juros contraídos em locações financeiras	179	92
Juros de mora e compensatórios	20	45
TOTAL	37 138	26 624

28. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Detalhe do imposto sobre o rendimento:

	2021	2020
Imposto estimado para o período	11 014	1 769
Imposto diferido	22 874	- 22 874
TOTAL	33 888	-21 106

29. GARANTIAS E OUTRAS RESPONSABILIDADE PRESTADAS

O empréstimo de financiamento obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos está sujeito a uma garantia que consiste nas receitas previstas no contrato-programa entre a empresa e a CM Mafra e as relativas às participações, dotações, subsídios e indemnizações compensatórias a que aludem os art.º 27º e 31º da Lei 58/98, de 18/08.

30. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe dos saldos com associadas:

	2021	2020
Valores a receber		
Câmara Municipal de Mafra	263	710 627
SMAS	0	20 130
Valores a pagar		
Câmara Municipal de Mafra	8 418	36 141
SMAS	5 773	5 089

Detalhe das transações ocorridas com associadas:

	2021	2020
Faturas emitidas		
Câmara Municipal de Mafra	8 795 845	7 107 102
SMAS	149 368	149 813
Faturas recebidas		
Câmara Municipal de Mafra	156 013	171 033
SMAS	171 736	65 646

Conselho de Administração



Contabilista Certificado nº 85017

Ara Gertrudes Almeida Pezosa



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

1
h
2002

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.** (a entidade) que compreendem o balanço em **31 de dezembro de 2021**, que evidencia um total de 10.409.616 euros e um total de capital próprio de 6.103.482 euros, incluindo um resultado líquido de 96.387 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A. em 31 de dezembro de 2021, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 6 do Anexo às demonstrações financeiras, existe uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2020 a “Mafreduca, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 22.336.644 Euros. A “Giatul, EM” tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos a atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. continua a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

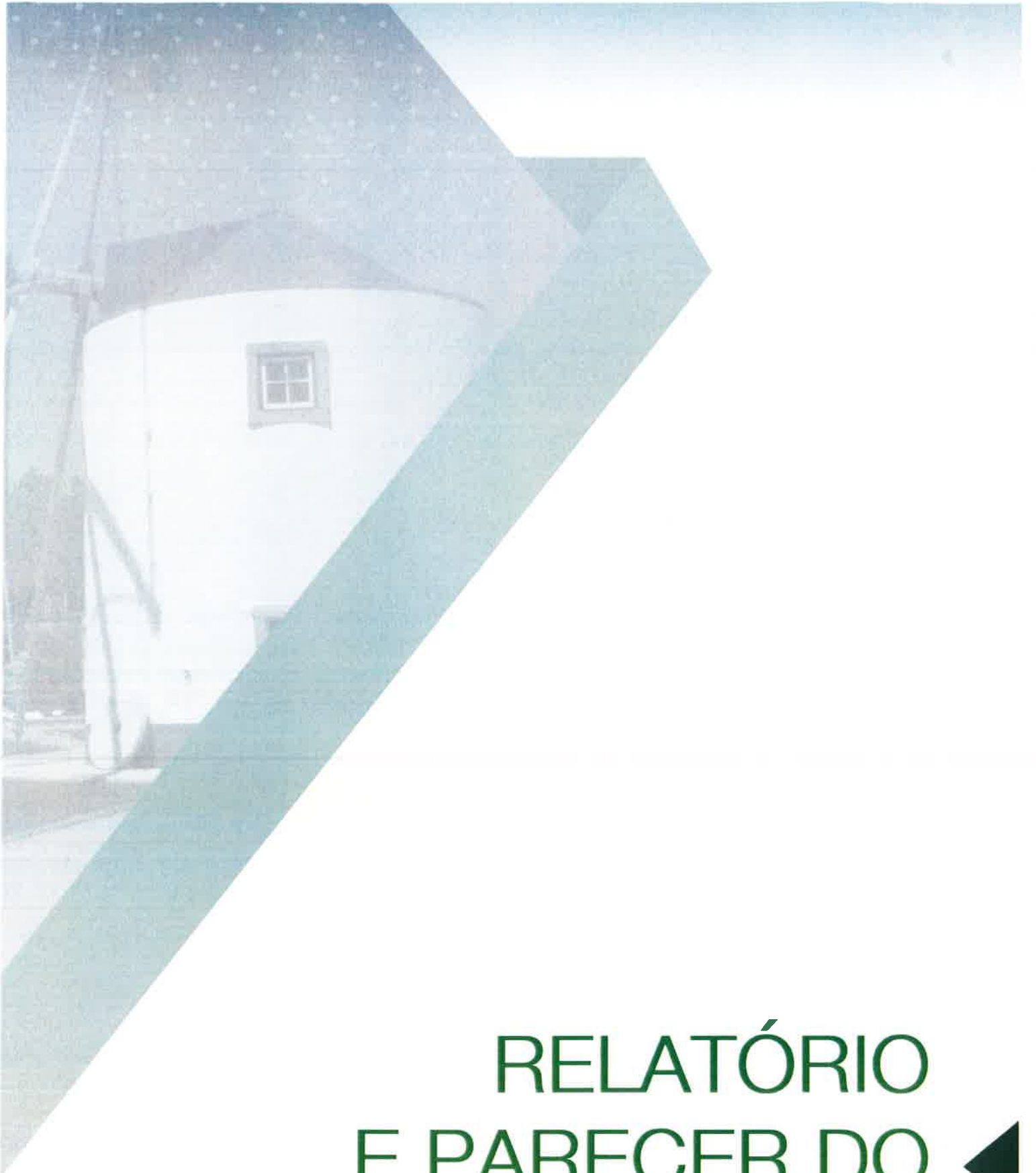
Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 18 de março de 2022

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas n.º 1167
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO





1

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmo. Acionista, da **GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.**,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida durante o ano de 2021 e dar o nosso Parecer sobre o relatório de gestão e os documentos de prestação das contas, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos capitais próprios e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em **31 de dezembro de 2021**, apresentados pelo Conselho de Administração.

1. No decurso do exercício acompanhamos com regularidade a atividade da entidade, com a periodicidade e extensão que consideramos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com o órgão de gestão e os seus diretores. Efetuamos uma verificação por amostragem dos registos contabilísticos e da respetiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão e de riscos e de controlo interno. Vigiamos pela observação da lei e dos estatutos. No exercício da nossa atividade não deparamos com quaisquer constrangimentos.
2. No exercício das nossas funções verificámos que:
 - a) o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos capitais próprios e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade e dos seus resultados, assim como das suas alterações do capital próprio e dos seus fluxos de caixa;
 - b) o relatório apresentado pelo Conselho de Administração. exprime os principais aspetos da atividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação das contas, além de apontar algumas perspetivas da evolução previsível da Entidade; e
 - c) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conforme as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e são adequadas por forma a assegurar que as mesmas conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.
3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, emitimos uma certificação legal das contas não qualificada, com uma ênfase,, referente ao exercício de 2021, datada de 18 de março de 2022, que a seguir se transcreve:

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 6 do Anexo às demonstrações financeiras, existe uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2020 a “Mafreduca, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 22.336.644 Euros. A “Giatul, EM” tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos a atenção para o facto de que



segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. continua a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

4. Somos do parecer que a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e serviços da Entidade, bem como as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do Parecer que:
 - a) Sejam aprovados o relatório de gestão assim os documentos de prestação das contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 18 de março de 2022

O Fiscal Único

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas n.º 1167
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779